



REFORMA TRIBUTÁRIA

FOCO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Algumas propostas de reforma tributária estão em pauta no Congresso Nacional. E ainda tem a do governo, que está por vir. Nenhuma delas, no entanto, será efetiva se não combater as desigualdades sociais e de renda. Essa é a premissa estabelecida no projeto **Reforma Tributária Solidária**, da ANFIP em parceria com a Fenafisco. Entenda o que está em jogo.

(PÁGINA 12)

FESTA DE ANIVERSARIANTES



No evento, que contou com a presença do presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, foram comemorados os aniversários dos associados que nasceram de setembro a dezembro. Veja como foi!

(PÁGINAS 6 e 7)

ASSEMBLEIA

Audidores-Fiscais decidem assuntos relevantes em Assembleia realizada em setembro.

(PÁGINA 3)



VIVAPREV

Presidente da ANFIP-MG compõe Conselho da instituição que substituiu a GEAP Previdência.

(PÁGINA 5)



SISTEMAS INSS

ANFIP-MG marca presença em evento que dá orientações sobre o programas da autarquia.

(PÁGINA 8)



FRENTE MINEIRA

Coletivo de entidades volta a se mobilizar para lutar contra a reforma administrativa.

(PÁGINA 11)

GDAT

ANFIP propõe medidas para viabilizar o desbloqueio e consequente pagamento do precatório.

(PÁGINA 12)

REFORMA ADMINISTRATIVA

É PRECISO RESISTIR



e, especialmente, para os servidores. Por isso, diversas entidades começam a se articular contra.

Um marco dessa trincheira de luta foi o relançamento da **Frente Parlamentar Mista do Serviço Público**, que ocorreu no dia 23/10/2019, em Brasília. Saiba detalhes sobre o que está por vir.

É pra valer! Vem aí uma profunda reforma administrativa do Estado brasileiro. E ela promete ser extremamente prejudicial para o serviço público

(PÁGINA 11)

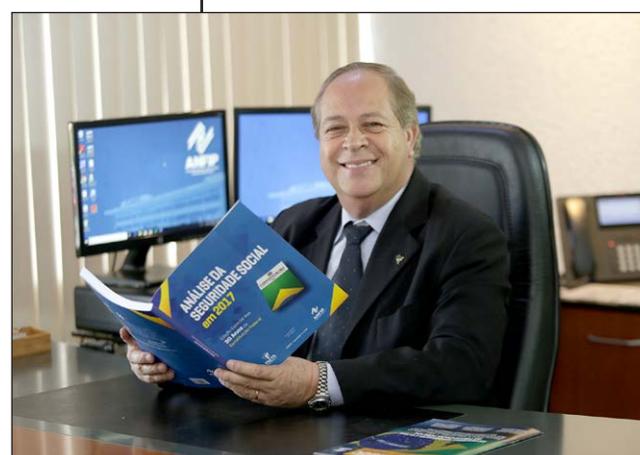
ENTREVISTA

DÉCIO BRUNO LOPES

[Presidente da ANFIP]

Eleito em julho para o Conselho Executivo (biênio 2019/2021), o presidente Décio Bruno Lopes fala sobre perspectivas e desafios da Associação nos próximos dois anos, especialmente neste cenário de reformas.

(PÁGINAS 4 e 5)



EDITORIAL

AFINAL, QUEM SE BENEFICIA?

Reforma. No senso comum, é um termo cuja compreensão acena para a melhoria de algum empreendimento ou situação, não é mesmo? E, por isso, não seria adequado, de forma alguma, nos opormos à intenção de se fazerem diversas reformas estruturais no Estado brasileiro. Na verdade, não nos opomos à realização de reformas, mas sim aos interesses escusos que as motivam. Algumas delas.

Se reforma é para melhorar, deve ser para melhorar para todos. É impensável — e não faz qualquer sentido — promover uma reforma na sua casa para beneficiar seu vizinho! É o que parece acontecer com a reforma administrativa que o governo cogita fazer. Assim já foi feito com a reforma trabalhista e com a terceirização, que prometiam mundos e fundos e mais emprego para a população, mas não é o que se constatou passados três anos de sua concretização. Certamente, nas entrelinhas, isso veio para beneficiar a elite financeira.

Sob o condão de solucionar a crise que prejudica o país, lá vem a reforma administrativa, instrumento que visa tão somente moldar o estado mínimo vislumbrado pelos poderosos. Mais uma vez, quem vai pagar a conta é a população. E os servidores públicos, claro.

Uma reforma administrativa que beneficia o mercado não é, necessariamente, boa para o resto da sociedade (pelo contrário!). O que se intenta, na verdade, é destruir a prestação de serviço público como hoje conhecemos para transformá-lo em negócios lucrativos.

E é isso que se pretende com medidas como a redução do nú-

mero de servidores — através de programa de demissão voluntária (PDV) — e o fim da estabilidade e desestímulo ao ingresso no serviço público, reduzindo salários iniciais e apresentando mudanças legais que tornam as carreiras nada atrativas. Sabemos que o estado mínimo desejado pelo atual governo não beneficia o cidadão e não visa mais e melhores direitos.

Para conquistar a opinião pública, apresentam lindos e mágicos argumentos, que servem para convencer os vulneráveis a abrir mão de seus direitos, a exemplo das últimas reformas perpetradas.

No Brasil 247, o economista, doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ e professor de Economia Internacional da Universidade Estadual da Paraíba, José Carlos de Assis, comenta o relatório do Banco Mundial que traz “recomendações” ao governo brasileiro sobre a reforma administrativa. “É um crime encomendado. Está na cara que responde a um pedido do governo brasileiro para justificar o enxugamento da administração na linha ideológica do Estado mínimo proposto por Paulo Guedes e prepostos. Não faz análises qualitativas. Tudo se resume a números presumidos. Não há sugestão quanto à melhoria real do serviço público. Resume tudo a quantidades, sem fundamentação”, afirma.

Ele continua: “Comparações de salários e de número de trabalhadores entre setor público e setor privado são falaciosas. O funcionário é um servidor público que trata de assuntos públicos a partir de uma especialização profissional específica. Como mediador entre o

Estado e a sociedade não pode discriminar o cidadão e não pode fazer de seu cargo um instrumento para ganhar dinheiro. Sua progressão na carreira deve seguir protocolos impessoais. O importante é que o concurso público define competências e separa o servidor público, num sistema hierarquizado, do trabalhador no mercado privado. Ele passa a ter salário e estabilidade. Mas é justamente isso que lhe garante a condição de prestador de um serviço impessoal à cidadania num regime democrático. **Do contrário, por motivos partidários, poderia ser pressionado a tomar decisões a favor dos mandantes políticos do momento, correndo inclusive o risco de demissão caso não obedeça**”, observou.

Por entendermos que diversas alternativas viáveis que vêm à tona nesse cenário de reformas poderiam amenizar o problema da crise brasileira (como a Reforma Tributária Solidária, da ANFIP em parceria com a Fenafisco), denunciemos qual é o real interesse em atacar sobremaneira o serviço público: sequestrar o Estado brasileiro para uma pequena minoria [como se já não lhe pertencesse uma grande fatia do “bolo”].

Mas não vamos permitir! E é por isso que conclamamos todos os servidores públicos a estarem a postos para lutar. Precisamos defender, incondicionalmente, o serviço público. Afinal, ele é um dos instrumentos que viabilizam uma de nossas maiores bandeiras: a justiça fiscal e social!

PROGRAME-SE: VEM AÍ A REFORMA ESTATUTÁRIA

Na **segunda quinzena de dezembro/2019** acontecerá uma **Assembleia Geral Extraordinária (AGE)** na ANFIP-MG, para que seja discutida e votada a reforma no Estatuto da Entidade. Em breve, os associados poderão **consultar a minuta do documento no site da Associação e em sua sede**, para que

se informem sobre as alterações que estão sendo propostas.

É extremamente importante que todos acessem e leiam o documento assim que for disponibilizado, pois conhecer as alterações de antemão facilita a compreensão e permite obter subsídios para que se possam emitir opiniões pertinentes durante a AGE.

É imprescindível que todos participem desse processo, que definirá novas regras diretas para a ANFIP-MG. Portanto, fique atento aos nossos comunicados. Para a convocação da AGE, será enviada uma carta a todos os associados, mas, para a consulta à minuta, serão encaminhados apenas e-mail e mensagem de texto.



Órgão Informativo da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais - ANFIP-MG

Fundador: Benedito César

CONSELHO EXECUTIVO

Titulares

Ana Maria Morais da Silva
Presidente

Afonso Ligório de Faria
Vice-Presidente Executivo

Lázaro Idino Bagliano
Vice-Presidente de Administração

Cássio José de Oliveira
Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio

Ilva Maria Franca Lauria
Vice-Presidente de Políticas de Classe e Cultura Profissional

José Geraldo Heleno
Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas

Maria Lisboa Macedo
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais

Maria de Fátima Carvalho Ponzio
Vice-Presidente de Esportes e Eventos Sociais

Marcos Barbonaglia da Silva
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Suplentes

Maria José Comanduci
1º Suplente

Walter Gandi Delogo
2º Suplente

Maria da Consolação dos S. Oliveira
3º Suplente

Mário Borges do Amaral
4º Suplente

Maria Geralda Vitor
5º Suplente

CONSELHO FISCAL

Titulares

Gabriel da Silva Neto
Presidente

Paulo Sérgio Lages
Coordenador

Eliana de Oliveira Santos Ramos
Relatora

Suplentes

Júnia Garcia de Mello Fróes
1º suplente

Expedito Antunes Gomes
2º suplente

Geralda Elizabete S. Castro Gilberto
3º suplente

REPRESENTANTES ANFIP-MG

Albertina Maria Fonseca
(Sete Lagoas)

Bernadette Mourão Duarte
(Belo Horizonte)

Gabriel da Silva Neto
(Contagem)

Lázaro Idino Bagliano
(Gov. Valadares)

Luiz Roberto Aguiar
(Uberaba)

Marcos Barbonaglia da Silva
(Poços de Caldas)

Maria do Carmo Lacerda
(Divinópolis)

Maria Regina de Souza
(Varginha)

Conselho Editorial

Ana Maria Morais da Silva, Afonso Ligório de Faria, José Geraldo Heleno, Ilva Franca e Márcio Soares Pereira.

Jornalista responsável:
Giuliano Peixoto

(Reg. Prof. MG 15069 JP)

Fotos e edição eletrônica:
Giuliano Peixoto

Tiragem: 900 exemplares

Fale com a ANFIP-MG:

(31) 3201-3582 | Fax: (31) 3201-4829

Email: anfipmg@anfipmg.org.br

Site: www.anfipmg.org.br

Facebook: www.facebook.com/anfipmg

End.: Rua Carijós, 150, 7º Andar, Centro, Belo Horizonte-MG

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal ou da ANFIP-MG.

FALE CONOSCO

www.anfipmg.org.br

[@ anfipmg@anfipmg.org.br](mailto:anfipmg@anfipmg.org.br)

www.facebook.com/anfipmg

(31) 3201-3582

ASSEMBLEIA

AUDITORES DECIDEM ASSUNTOS IMPORTANTES PARA A CATEGORIA



Audidores analisam indicativos em assembleia realizada na DRF/BHE.

Os Auditores-Fiscais decidiram, em assembleia realizada pelo Sindifisco Nacional, no dia 25 de setembro de 2019, em todo o país, temas relevantes para toda a categoria. Dentre eles está a priorização da paridade na regulamentação do Bônus de Eficiência.

Participaram da assembleia realizada na DRF/BHE — que contou com a presença de maioria de aposentados —, a presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ana Maria Morais da Silva, e os vice-presidentes de Finanças e Patrimônio, Cássio José de Oliveira; de Política de Classe e Cultura Profissional, Ilva Franca; e de Esportes e Eventos Sociais, Maria de Fátima de Carvalho Ponzó; bem como a suplente do Conselho Executivo, Maria José Comanduci, e diversos associados.

Na apuração final de todas as delegacias sindicais, a categoria aprovou todos os indicativos colocados em votação, sendo que o primeiro deles tratava sobre a paridade do Bônus de Eficiência. O indicativo obteve um total de 90,54% de votos favoráveis. Portanto, a paridade deve ser priorizada nas tratativas durante a regulamentação do Bônus.

Outro tema relevante diz respeito à determinação de que nenhum Auditor-Fiscal se submeta ao ponto eletrônico disciplinado pela Portaria ME 371/2019 e, caso haja coação por parte da administração, o Poder Judiciário deverá ser acionado. O indicativo foi aprovado por 97,94% da assembleia.

Também foram aprovadas, com 97,06% de votos, novas mobilizações contra os ataques institucionais sofridos, recentemente, pela Receita Federal do Brasil e pelos Auditores-Fiscais. Entre as propostas está o ingresso de ações judiciais contra o afastamento, determinado pelo STF, de dois Auditores-Fiscais e os pedidos abusivos de informações sobre investigações da Receita, formulados pelo ministro Bruno Dantas, do TCU. Também estão previstas reuniões entre a Direção Nacional do Sindifisco e as Delegacias Sindicais, para tratar da regionalização e da reestruturação das cinco novas superintendências, bem como a realização de campanha nas redes sociais em defesa da Receita Federal.

Outros itens dizem respeito a questões específicas relacionadas ao sindicato e o resultado global pode ser consultado nos veículos de comunicação da entidade. (Com informações do Sindifisco).

RECEITA FEDERAL DA 6ª REGIÃO FISCAL INAUGURA ESPAÇO DA FALA



Com apoio da ANFIP-MG, o Ministério da Economia em Minas Gerais inaugurou, no dia 08/10/2019, em Belo Horizonte, o **Espaço da Fala**, serviço de acolhimento da que envolve a escuta e orientação psicossocial de servidores. A vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional, Ilva Franca, representou a Associação.

O evento foi aberto pelo Auditor-Fiscal Orlando Soares dos Santos, superintendente adjunto da 6ª Região Fiscal, que destacou a importância da ação desenvolvida e agradeceu todos os envolvidos pela iniciativa.

O palestrante convidado foi Ro-

drigo Ferreira, médico psiquiatra e terapeuta cognitivo-comportamental. O tema da palestra, **Falar pode mudar tudo**, fez jus aos objetivos do Espaço. Em sua exposição, o médico incentivou as pessoas a falarem, pois pontuar os fatos ajuda a resolver as questões e aliviar as tensões. Rodrigo também ressaltou que falar dos sentimentos e fraquezas é sinal de coragem.

Ao final da palestra, o médico realizou a dinâmica **Experiência de ouvir e de falar**, na qual os servidores ficaram em dupla e tinham, cada um, dois minutos para falar e ouvir o outro.

A sede do Espaço localiza-se na Sala 911, Ala B do Prédio do Ministério da Economia, em Belo Horizonte/MG. Todos os servidores e colaboradores podem utilizar o Espaço, mediante agendamento prévio, por meio do telefone (31) 3218-6999.

Com informações da Ass. de Comunicação da RFB na 6ª RF

ASSOCIADA EXPÕE QUADROS E EXALTA NOVA VIDA



Íris Lima ao lado de seus quadros (Da esq. p/ a dir.: o primeiro, a Ponte Lucerna; o segundo, o Deserto do Atacama).

“As oportunidades de preencher o tempo com afazeres prazerosos, agora, depois de aposentada, são muito maiores. E assim vou fazendo um monte de coisas gostosas. Além de curtir a família e encontrar os amigos, sigo participando do Coral Vozes das Gerais, do grupo Pandeiro Mineiro, viajando, estudando idiomas — o francês, o inglês e, recentemente, amando descobrir o italiano —, me doando a trabalhos com crianças e idosos, cozinhando, pintando e bordando. Ufa!”

Esse foi o sentimento expressado pela Auditora-Fiscal Íris de Fátima Ribeiro dos Santos Lima, que participou, entre os dias 08 a 11/10/2019, da exposição de trabalhos dos alunos do Ateliê de Aquarela do Centro de Extensão da Escola Guignard (UEMG),

onde a proposta do curso semestral é cada aluno desenvolver os trabalhos próprios, dentro da técnica da aquarela, com orientação da professora e artista plástica Márcia Franco. A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-

MG, Ana Maria Morais da Silva, prestigiou a colega no evento.

“Gosto muito de passar minhas fotos de viagens para a pintura a óleo e aquarela. Nestas aquarelas registro o Deserto de Atacama, na Bolívia, e a Ponte de Lucerna, na Suíça”, informou Íris. “Fiquei super feliz com a presença agradável da Ana e do Lourival [esposo da presidente] na abertura do evento e com muitas mensagens dos colegas”, exaltou.



A presidente da ANFIP-MG e seu esposo prestigiaram Íris Lima.

ENTREVISTA

DÉCIO BRUNO LOPES [PRESIDENTE DA ANFIP]

Já foi dito na ocasião da posse do atual Conselho Executivo da ANFIP (biênio 2019/2021), mas como é motivo de muita satisfação e uma honra para os associados de Minas Gerais, reiteramos: depois de 33 anos a Associação Nacional tem um presidente mineiro.

Com formação em Ciências Contábeis, Administração e Direito, Décio Bruno Lopes — que já participou de gestões anteriores da ANFIP e da ANFIP-MG (2014/2016), bem como atuou em estudos sobre a Previdência e a Seguridade Social — tem a missão de conduzir as ações da Nacional num momento em que se acumulam desafios.

Para informar sobre como será a atuação da ANFIP nos próximos dois anos, conversamos um pouco com o nosso conterrâneo e a entrevista exclusiva pode ser conferida abaixo. Acompanhe!

Temos percebido a atuação da ANFIP em várias frentes. Dentre as atividades desenvolvidas pela Associação, quais as que o senhor destaca e o que os associados podem esperar delas, especialmente na questão das ações judiciais?

Desde que tomamos posse, realmente atuamos em diversas frentes, interna e externamente. Externamente demos continuidade ao debate e à defesa da Previdência Social pública, participamos de praticamente todas as audiências públicas que tratavam sobre a reforma da Previdência trazida pela PEC 06/2019, demonstrando aos parlamentares e ao público em geral o quão perversa ela é para os trabalhadores, de uma maneira geral e, especificamente, para os servidores públicos. Demonstramos o caráter confiscatório das contribuições progressivas e extraordinárias e da impossibilidade de cumular a pensão por morte com outra aposentadoria, o risco da implementação do modelo de capitalização individual, sem a contrapartida do governo. Expusemos que o modelo de previdência adotado no Chile nos anos 80 não serve para o Brasil, em decorrência de suprimir o caráter de solidariedade, fazendo com que o trabalhador fique entregue à própria sorte. Também alertamos que esse modelo vem sendo revisto pelo governo chileno, de forma a proporcionar uma pequena melhoria nos benefícios como meio de evitar a miséria que se instaurou no país como consequência dele. Não obstante o intenso trabalho desenvolvido, infelizmente pouca coisa conseguimos que se alterasse na PEC 06/2019. Agora, resta trabalhar para tentar conseguir alguma melhoria na PEC paralela, ainda que se saiba que não será fácil.

Também trabalhamos intensamente na Câmara dos Deputados e no Senado apre-

sentando o estudo sobre a Reforma Tributária Solidária desenvolvido pela ANFIP em parceria com a Fenafisco, o qual propõe uma ampla reforma. Queremos uma mudança que vá

de forma a favorecer o contribuinte de menor capacidade contributiva. Só isso, de fato, irá reduzir as desigualdades sociais.

No âmbito interno, procuramos rever e até extinguir alguns contratos, como forma de contenção de despesas, além do controle efetivo de gastos para adequação ao orçamento. Em relação ao Jurídico, reunimo-nos com os advogados patronos de ações judiciais no sentido de agilizar as decisões, principalmente a ação da GDAT, no sentido de se desbloquear os valores já depositados. E ainda intermediamos a entrada de novas ações, como a de anuênio e a do Pasep.

Quais são os desafios e as expectativas da ANFIP diante das iminentes reformas Administrativa e Tributária?

Em relação à Reforma Tributária, o trabalho desenvolvido em defesa da Reforma Tributária Solidária parece estar surtindo efeito, principalmente quando defendemos que, embora importante, apenas uma simplificação não resolve o problema da regressividade do Sistema Tributário Nacional, além de que, das duas PEC's que tramitam no Congresso Nacional (PEC 45/2019 em tramitação na Câmara e PEC 110/2019, no Senado), nenhuma traz a garantia de recursos para o financiamento da Seguridade Social, cuja consequência desastrosa, juntamente com reforma da Previdência, será o empobrecimento dos trabalhadores e o crescimento das pessoas em situação de imensa pobreza e miserabilidade, algo parecido com o que vem acontecendo no Chile, como consequência das medidas adotadas lá em décadas passadas.

Quanto à Reforma Administrativa, participamos do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, promovida pelo Fonacate. Participamos também do relançamento da Frente Parlamentar Mista do Servi-



além da singela simplificação do sistema, mas que promova a redução da regressividade e a ampliação da progressividade, a fim de que se amenize a tributação sobre o consumo e altere a tributação sobre o patrimônio e a renda,

ço Público, coordenada pela deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) e pelos senadores Paulo Paim (PT/RS) e Zenaide Maia (PROS/RN). Participamos ainda da reunião de entidades vinculadas ao Fonacate com o secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, Wagner Lenhart. Em todos os momentos, nossos pronunciamentos foram no sentido de que não são os servidores públicos os responsáveis pela falta de prestação de serviço público de qualidade, o que, em geral, decorre da falta de condições de trabalho e de recursos de todas as ordens. Em relação ao fim da estabilidade e privatização de certas atividades, frisamos que, por si só, não têm o condão de promover as melhorias necessárias. Ademais, reafirmamos que os servidores públicos são detentores de cargos efetivos, que a efetividade é do cargo e que a estabilidade é uma condição para que as atividades do Estado sejam efetivas. É nesse ritmo que pretendemos trabalhar, para que a Reforma Administrativa não venha trazer ainda mais dificuldades aos servidores públicos e ao Estado brasileiro.



Em relação ao Jurídico, reunimo-nos com os advogados patronos de ações judiciais no sentido de agilizar as decisões, principalmente a ação da GDAT, no sentido de se desbloquear os valores já depositados.”

Sobre a intenção do governo de promover uma verdadeira dissolução da atual estrutura sindical (o que está suspenso por decisão liminar), o que a ANFIP pensa e quais providências pretende tomar, uma vez que será diretamente afetada?

O que se tem visto é a tentativa do governo federal de dificultar a vida das organizações de trabalhadores, sejam sindicatos, associações, conselhos, órgãos colegiados etc. Inicialmente, com a questão das contribuições, depois com a questão da relativização da unicidade sindical. Ao nosso ver, o que mais dificulta a vida dessas organizações é a questão da efetividade da arrecadação, ou seja, a proibição de se descontar as consignações em folha de pagamento. Esse procedimento, que se encontra amparado por decisão judicial liminar, é o que mais nos preocupa. A questão da representatividade e da unicidade sindical são assuntos que ainda não paramos para pensar, não por não serem preocupantes, mais em decorrência de a ANFIP não ser um sindicato, embora possa ter legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, nos ter-

mos do inciso XXI do art. 5º da Constituição Federal. Reafirmamos que tomaremos todas as providências administrativas e judiciais necessárias para afastar toda e qualquer tentativa de impedir o desconto das contribuições em folha de pagamento dos associados, uma vez que é livre o direito de associar-se e de manter-se associado, conforme previsto na Constituição Federal, além do que há pagamento ao Serpro para que promova o desconto das referidas contribuições.

Como está o andamento do projeto ANFIP do Futuro? Quais serão os próximos passos?

A primeira fase do projeto, que consiste em transformar o nome de cada regional em ANFIP-estado — assim como é a ANFIP-MG — já está praticamente concluída, faltando apenas o Rio Grande do Sul. Em relação à segunda fase, que consiste em verificar questões de estrutura, vinculação e, principalmente unificação de contribuições, já estamos iniciando a reconstituição das comissões para a retomada dos trabalhos.

O senhor poderia deixar uma mensagem aos associados de Minas Gerais, cuja maioria confiou o voto em sua chapa nas eleições?

Aos colegas e amigos associados de Minas Gerais gostaria de, inicialmente, expressar a minha gratidão pela confiança em mim depositada e nos demais componentes da nossa chapa. Quero dizer que nada é mais gratificante do que receber tão expressiva votação em Minas Gerais e no Brasil. Após 33 anos sem ocupar a presidência da nossa entidade, os mineiros demonstraram que, unindo-se à vontade nacional, tudo é possível. É certo que, com isso, passamos a ter muito mais responsabilidade, mas também mais legitimidade para levar à frente os destinos da nossa ANFIP, que ao longo de 69 anos defendeu os interesses de seus associados e da sociedade, como forma de garantir o reconhecimento pelos serviços prestados. Ao meu povo mineiro e aos brasileiros, reafirmo o meu compromisso de, juntamente com a equipe de conselheiros e funcionários, trabalharmos em prol dos interesses dos associados, sanear as finanças da entidade, trabalhar para que as ações judiciais cheguem ao final com o pagamento dos créditos decorrentes dos direitos dos associados — embora saibamos que, em matéria de decisões judiciais, nem sempre conseguimos êxito pelo nosso empenho junto aos juízos. Espero corresponder às expectativas de nossos associados e eleitores e ao mesmo tempo reafirmo que tudo o que temos desenvolvido em nossa gestão colegiada é no sentido de acertar e transformar a ANFIP em uma entidade ainda melhor, capaz de sobreviver aos ataques que os servidores públicos têm sofrido nos últimos tempos e às dificuldades de encaminhar projetos de interesse da categoria. Com o apoio e a união de todos e a nossa vontade de acertar, chegaremos lá.

Tenham fé e confiança no nosso trabalho. Faremos o que for possível para sermos melhores. Um forte e afetuoso abraço a todos.

PRESIDENTE DA ANFIP-MG INTEGRA O CONSELHO DA VIVAPREV



A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ana Maria Morais da Silva, tomou posse, no dia 30/08/2019, em Brasília/DF, como membro do Conselho Deliberativo da Fundação Viva de Previdência (Vivaprev).

Criada em fevereiro de 2017, a Vivaprev é uma entidade de previdência complementar que substituiu a Geap Previdência (Geap/FSS) na administração do Plano de Pecúlio Facultativo (relembre no endereço <http://bit.ly/36tomK9>).

Com seu histórico de trabalho junto à Geap, Ana Maria compôs, juntamente com Sibeles Monteiro, a dupla de nº 19 no processo eleitoral para o Conselho Deliberativo. A eleição ocorreu em julho de 2019.

Ana Maria Morais diz sentir-se honrada com o novo cargo, agradece pela confiança nela depositada e reitera seu comprometimento com a Vivaprev.

Acesse a galeria de fotos no endereço: <http://bit.ly/34L5ZOV>.



FESTA DE ANIVERSARIANTES É BASTANTE

A última Festa de Aniversariantes do ano foi um sucesso! Cerca de 150 convidados prestigiaram o evento, que comemorou os aniversários dos associados que nasceram nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro.

Mais uma vez, o cantor Sandro Alex Show e Eventos foi quem animou a pista de dança, não deixando ninguém parado com sua seleção de *hits*.

Além dos aniversariantes, o evento celebrou o Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro.

No intervalo da música, a presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ana Maria Morais da Silva, fez questão de agradecer a presença dos convidados e destacou os aniversários do associado Heriberto Reatégui, que completa 90 anos de idade, e do presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes. Ambos comemoram suas datas no quadrimestre e participaram do evento.

Ela ainda exaltou as melhorias que foram feitas no salão “para que os associados sintam-se cada vez mais em casa. O nosso objetivo é explorar mais o salão Lúcio Avelino, com a realização de festas, exposições, palestras e eventos em geral”, disse.

No local, foi instalada uma tela de projeção elétrica, o projetor foi fixado no teto e o sistema de som foi reconfigurado, para eliminar ruídos e melhorar a audição. Durante o evento ainda foram exibidas fotos de festas passadas, o que foi bastante elogiado pelos convidados, que tiveram a oportunidade de relembrar suas participações.

O presidente da ANFIP, Décio Lopes, parabenizou os aniversariantes do quadrimestre e exaltou as presenças dos associados Heriberto Reatégui e Jésus de Oliveira Magalhães, que “representam a perseverança de nossas entidades. A ANFIP-MG está com esse salão cheio porque nós somos a identidade de nossas entidades. À frente da ANFIP, hoje, falamos ao longo do Brasil sobre a importância que as entidades regionais têm em manter nossa identidade. Só através delas é que vamos permanecer fortes”, exaltou.

Por fim, a vice-presidente de Política de Classe, Ilva Franca, deixou uma mensagem pelo Dia do Servidor Público. “Todo mundo atento, pois estão querendo acabar com o serviço e o servidor público. Nesta semana, o governo enviou ao Congresso um pacote com algumas PEC’s, dentre elas a da reforma administrativa. Tempos atrás, no Dia do Servidor, tínhamos muito a comemorar, diferente de agora. Precisamos ficar atentos e trabalhar juntos com nossas entidades, para conseguirmos manter nossos direitos e um serviço público digno”, conclamou.



E PRESTIGIADA

PEC 103/2019

REFORMA DA PREVIDÊNCIA CONSOLIDADA



A PEC 6/2019 (reforma da Previdência) foi aprovada, no dia 22/10/2019, em segundo turno, pelo Plenário do Senado Federal. A matéria teve 60 votos favoráveis e 19 contrários.

A promulgação aconteceu em sessão especial do Congresso Nacional, realizada no dia 12/11/2019. A PEC foi promulgada como Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019. A partir de agora, as novas regras passam a valer.

As principais mudanças que a reforma da Previdência traz são:

- 1) Aumento da idade mínima para 65 anos de idade (homens) e 62 anos de idade (mulheres);
- 2) 20 anos de contribuição para homens que ingressarem no mercado de trabalho após a promulgação. Para quem já está no mercado, a idade mínima é 15 anos, tanto para homens quanto para mulheres;
- 3) Mulheres terão que contribuir por 35 anos para terem 100% do valor da aposentadoria e homens, 40 anos;
- 4) Servidores públicos terão que contribuir por 25 anos, sendo 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo;
- 5) A média da aposentadoria será calculada com base em 100% do salário de contribuição, não havendo descarte das 20% menores contribuições.
- 6) O abono de permanência poderá ser extinto ou concedido em valor inferior ao da contribuição previdenciária para quem alcançar os requisitos de aposentadoria somente após a lei que irá regulamentar tal incentivo nos três entes da federação.

Durante a tramitação da matéria, as regras previdenciárias de estados e municípios foram retiradas do texto. Elas foram incluídas na chamada PEC Paralela (133/19), que foi concluída no dia 12/11/2019 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Em debate durante a sessão plenária, o senador Paulo Paim (PT/RS) afirmou que “todos perderão com essa PEC. Não escapará ninguém que se aposentar a partir de novembro”, disse.

O líder do PT, senador Humberto Costa, afirmou que as pessoas vão trabalhar mais e a reforma vai promover mais desigualdade, miséria, pobreza, fome. “Está aí o exemplo do Chile, exemplo do ministro da Economia, Paulo Guedes. Esse discípulo de Pinochet quer fazer aqui o que fizeram lá”, lamentou.

Já o líder do MDB, senador Eduardo Braga, afirmou que, embora a reforma vá exigir “sacrifício de todos”, ela é necessária para combater privilégios e ajudar o país a recuperar seu equilíbrio fiscal, retomar o crescimento econômico, alavancar a geração de emprego e renda e garantir capacidade de investimento público. “É uma PEC que estamos votando porque o Brasil precisa”, disse Braga.

O líder do PSL, senador Major Olimpio (SP), afirmou que a nova Previdência vai

ajudar o país no equilíbrio econômico, fiscal e orçamentário. “Não é uma panaceia, não vai ser um remédio para todos os males, mas é o ponto inicial para a retomada do crescimento e da geração de emprego e renda. O Senado fez e continuará fazendo sua lição de casa”, afirmou.

Já o líder da Rede, senador Randolfe Rodrigues, afirmou que a situação deficitária da Previdência é real e deve ser abordada, mas criticou a opção por uma reforma que, na sua avaliação, onera apenas os mais pobres. Para o senador, o país deveria tributar o capital financeiro e atacar as políticas de desonerações fiscais.

Randolfe destacou ainda a situação do Chile, que vivencia protestos de grande escala e repressão policial por conta da situação econômica do país. Ele lembrou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, estudou e trabalhou no Chile e trouxe de lá inspiração para a proposta.

Essa é a mudança mais profunda do sistema previdenciário brasileiro já feita. E enquanto o mote do governo com a reforma da Previdência seja acabar com privilégios e promover igualdade e justiça, as mudanças das regras dos militares, em discussão na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, parece impor um sacrifício bem menor para a categoria, já que eles terão como compensação um plano de reestruturação da carreira, o que pode aumentar em mais de 40% suas remunerações.

Durante toda a tramitação da PEC 6/2019, a ANFIP e a ANFIP-MG estiveram vigilantes e atuaram para mitigar os prejuízos dessa reforma para a sociedade e, especialmente, para os servidores públicos. As associações entendiam que deveria, sim, haver reforma. No entanto, esta deveria dar-se pelo lado do custeio e não nos benefícios.

Além disso, antes de uma reforma do sistema previdenciário, haveria de ser feita uma reforma tributária que atacasse firmemente a desigualdade social (como a Reforma Tributária Solidária propõe, um projeto da ANFIP com a Fenafisco), que aumenta a cada dia e não parece dar sinal de diminuição com o endurecimento das regras de aposentadoria, sobretudo para os mais pobres.

A aprovação da reforma da Previdência não deveria ser comemorada como uma vitória, pois não melhora a vida de mais de 70 milhões de cidadãos (estimativa da quantidade de pessoas afetadas pelas novas regras). Contudo, se essa batalha pode ser considerada perdida, outras virão. E não vamos esmorecer.

Confira em <http://bit.ly/2PHS08e> uma síntese sobre as principais mudanças trazidas pela reforma da Previdência.

Com informações da Agência Senado

SAÚDE NA COZINHA

SUCO DE CAJU COM
ACEROLA “ANTIGRIPAL”

Estamos chegando na época do caju. Até novembro, barracas de feiras estarão cheias da fruta fibrosa e perfumada, ótima para preparos doces como compotas e também excelente “protagonista” em receitas de sucos, vitaminas e até licores.

O caju é rico em vitamina B3, fósforo, ferro e possui grande concentração de vitamina C, maior do que encontrada na laranja.

Aprenda a preparar um suco antigripal de caju, acerola e mel e sirva para a família toda.

Ingredientes (para 500 ml)

- 361g de caju
- 192g de acerola
- 1 colher de sopa de mel
- Cubos de gelo

Modo de preparo

Primeiro, corte o caju em pedaços e dê um banho rápido em água fervente para tirar a acidez e o excesso de taninos (responsáveis pela sensação de “trava” na boca). Depois, é só bater todos os ingredientes no liquidificador e coar antes de servir.

Dica extra: Na hora de comprar, escolha frutas maduras e firmes. O caju é sensível e não amadurece depois de colhido. Mantenha-os na geladeira.

**ALIANÇA: EMPRESA INCORPORADA
PELO GRUPO QUALICORP**

Com mais de 10 anos de experiência, a Aliança se tornou referência na administração de planos de saúde coletivos por adesão para profissionais de diversas categorias e seus dependentes, viabilizados em parceria com as mais importantes instituições brasileiras, nas esferas de representação municipal, estadual e federal.

Em outubro de 2017, a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. adquiriu o capital social da Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S/A, e, desde então, todos os clientes da Aliança passaram a contar com o apoio da maior administradora de benefícios do Brasil.

E para você que é associado à ANFIP, temos uma boa notícia! A Aliança tem condições especiais para você e sua família. Ligue agora para (31) 3048-2800 ou acesse: www.aliancaadm.com.br/anfip e confira!

Fonte: parceiro Qualicorp.

**ANFIP-MG PARTICIPA DE EVENTO
SOBRE MEU INSS E INSS DIGITAL**

Giuliano Peixoto

O Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) promoveu, nesta terça-feira (08/10/2019), em sua sede, na capital mineira, um Café com Sindicalistas, a fim de prestar esclarecimentos sobre a utilização dos sistemas Meu INSS e INSS Digital. A vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional, Ilva Franca, representou a ANFIP-MG no evento.

Na oportunidade, o presidente do Ieprev, Roberto de Carvalho Santos, e o advogado e coordenador do Grupo de Trabalho INSS Digital da OAB/MG, Pedro Santos, ressaltaram a importância da compreensão, por líderes sindicais e de associações, das ferramentas mencionadas, para que possam auxiliar os trabalhadores a requisitarem benefícios no INSS.

Para Roberto de Carvalho Santos, esse cenário de digitalização do atendimento, embora seja benéfico em muitos aspectos, torna-se preocupante no caso de demandas complexas, a exemplo das questões previdenciárias. “A implementação de ferramentas virtuais demonstra que estamos passando por um processo de desmonte do atendimento presencial no INSS. Já está em curso uma reforma administrativa em que o virtual afeta diretamente quando as demandas são complexas”, pontuou.

Essa também é a visão de Ilva Franca, que criticou a isenção de responsabilidade dos governos na prestação dos serviços públicos, preferindo terceirizá-los, como é o caso do INSS, “cujos processos demandam análises bastante criteriosas”, o que não está ocorrendo, conforme mostraram os palestrantes.

Contudo, afirmou Roberto Santos, a sociedade tem que estar preparada. “É por isso que surgiu a ideia de desenvolvermos eventos como este”, ressaltou.

Na sequência, o advogado Pedro Santos apresentou dados que expõem a situação crítica pela qual o atendimento no INSS tem passado. “Quando vamos a uma agên-

cia, por exemplo, vemos inúmeros guichês, mas poucos atendentes. É uma situação complicada, que não tem previsão de melhora. Muitos servidores estão se aposentando — sobretudo agora, com a iminência da reforma da Previdência — e não estão sendo substituídos”, destacou.

Depois, o advogado mostrou como funcionam o Meu INSS e o INSS Digital, explicando suas particularidades e diferenças. “São dois sistemas diversos. O Meu INSS pode ser usado pelo beneficiário para simular e solicitar seus benefícios. Já o INSS Digital é uma plataforma mais ampla, que permite o apoio de especialistas nas requisições dos beneficiários. Ele inclusive contempla um termo de cooperação técnica da OAB com o INSS. Por meio do programa, o próprio advogado faz os pedidos do seu escritório, conversa com os servidores da autarquia, faz cartas, tudo sem a necessidade do atendimento presencial, a não ser que seja para cumprir alguma exigência”, observou.

Por fim, Pedro Santos argumentou que é muito importante fazer um planejamento previdenciário, uma análise anterior à requisição do benefício no INSS, por um especialista em direito previdenciário, pois, segundo ele, o órgão tem indeferido solicitações de plano, sem emitir uma Carta de Exigência, quando, por exemplo, falta algum documento. “E, na maioria das vezes, esses indeferimentos ocorrem vários meses após a solicitação, o que prejudica bastante o beneficiário”, informou.

Para fechar a apresentação, Roberto Santos sugeriu que os sindicatos e associações reflitam sobre a possibilidade de prestar ao seu público um serviço de assessoria com base nesses conhecimentos que estão sendo repassados. “Acredito que essa é até uma forma de atrair os trabalhadores, o que é fundamental nesse cenário de enfraquecimento sindical que estamos vendo”, concluiu.

ASSOCIAÇÃO MARCA PRESENÇA NO VII ENCONTRO DO FISCO ESTADUAL MINEIRO

Evento contou com a presença do novo secretário da Receita Federal do Brasil, José Barroso Tostes Neto, dentre outras autoridades e especialistas



SECRETÁRIO DA RFB DEFENDE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



O secretário da RFB durante sua exposição (à direita).

A vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional da ANFIP-MG, Ilva Franca, representou a Associação no VII Encontro do Fisco Estadual Mineiro, promovido pela Associação dos Funcionários Fiscais de Minas Gerais (Affemg), parceira da ANFIP-MG na Frente Mineira de Defesa do Serviço Público. O secretário da Receita Federal do Brasil, Auditor-Fiscal aposentado José Barroso Tostes Neto, foi um dos palestrantes do Encontro.

No evento, especialistas discutiram questões que dominam a cena política atual, como reforma tributária e federalismo, refletindo sobre o papel e os desafios dos Auditores-Fiscais no possível novo pacto social que está em curso.

Na abertura, a presidente da Affemg, Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni (Papá), exaltou a presença dos convidados e dos palestrantes e explicou como a estrutura do evento foi pensada: “O encontro parte da concepção da solidariedade, do pacto social e do federalismo e de como podemos concretizar esses conceitos a partir das atividades que desenvolvemos enquanto Auditores-Fiscais”, ressaltou.

Em seguida, o professor de Direito da FGV-SP, José Garcez Ghirardi, proferiu a palestra magna **O que devemos uns aos outros: Fisco, Pacto Social e Cidadania**, bastante aclamada pelos participantes.

O primeiro painel, que teve como tema a Reforma Tributária, contou com exposições de diversos especialistas. A primeira a falar foi a advogada Vanessa Rahal Canado, que também é diretora do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). A entidade é uma *think tank* (laboratório de ideias) independente e tem por objetivo desenvolver estudos e propostas que ajudem a simplificar e aprimorar o sistema tributário brasileiro e o modelo de gestão fiscal do país. Ela

discorreu sobre a proposta de reforma tributária consubstanciada na PEC 45/2019, apresentada pelo deputado federal Baleia Rossi (MDB/SP), a qual foi formulada pelo CCiF.

O diretor de Orientação e Legislação Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, Ricardo Luiz Oliveira de Souza, fez uma análise comparativa das propostas de reforma tributária que estão em curso no Congresso Nacional, e, para fechar o painel, os Auditores-Fiscais do Estado de Minas Gerais, Antônio Luiz Bernardes, Lucas Espeschit e Marco Túlio Silva, discorreram sobre e defenderam o projeto **Reforma Tributária Necessária**, produzido pela ANFIP, em parceria com a Fenafisco.

O segundo painel discutiu o federalismo e contou com os seguintes palestrantes: o professor associado da UFMG, Thomas Bustamante, que abordou **Orçamento e Tributação**; e o procurador do Estado de Minas Gerais, Onofre Alves Batista Júnior, que proferiu a palestra **Do Federalismo Cooperativo à falência dos Estados**.

Na sequência, o economista, empresário, escritor e ex-banqueiro Eduardo Moreira, discorreu sobre **A importância dos Tributos na redução das desigualdades sociais**.

Por fim, o painel **O Papel e os Desafios do Fisco**. Na ocasião, os palestrantes foram o secretário da Receita Federal do Brasil, José Barroso Tostes Neto, com o tema **O Fisco e os desafios do futuro**; o secretário de Fazenda do Estado do Pará, René de Oliveira e Sousa Júnior, com **O papel do Fisco Estadual na conjuntura contemporânea**; e o Secretário Adjunto de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais, Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, que abordou o **Fisco e perspectivas**.

Em sua exposição, o secretário da RFB, Auditor-Fiscal aposentado José Barroso Tostes Neto, quando abordou o papel e os desafios do Fisco, destacou a interdependência que deve haver entre o sistema tributário, um sistema impositivo, e a administração tributária, responsável pela operacionalização daquele. “Por mais perfeito que seja, o sistema tributário não prescinde jamais de uma administração tributária estruturada, com recursos humanos suficientemente preparados, capacitados, bem remunerados, de recursos tecnológicos, de uma estrutura que possa dar concretude àquele sistema de imposição”, defendeu.

Por outro lado, de acordo com ele, por melhor que seja uma administração tributária, há limites para o seu desempenho e resultado, se ela tem que administrar um sistema tributário complexo, uma estrutura arcaica. “São duas faces da mesma moeda: a administração tributária e o sistema tributário. E é muito importante falar sobre isso, pois estamos, neste momento, discutindo uma reforma tributária. E somente em uma das várias que estão em curso no Congresso Nacional há uma preocupação com a administração tributária, que será responsável por aplicar a estrutura que resultar dessa reforma”, alertou.



ANIVERSARIANTES

NOVEMBRO

Clér Cúneo Varella Rodrigues.....01	Eunice Raquel Figueiredo Aguiar.....08	Emma do Carmo P. Lanna de Oliveira.....15	Ailza Maria Trevas Pereira.....22
Sandra Maria de Oliveira.....01	Marcos Pawlowski.....08	Eunice Abreu Moreira de Freitas.....15	Belmiro Cezar Fuchs.....22
Deonísio Antônio do Nascimento.....02	Antônio Eustáquio Silva.....09	Adelermo Orlando.....16	Francisco Guimarães Toledo.....22
Irene Stark Aroeira.....02	Neusa Gauderetto Martins.....10	Heriberto Reátegui.....16	Elisabete Nery de Moraes.....23
Izabel Cristina Severino.....02	Odete Pinto Caldeira.....10	Miriam Soledad Gonçalves Dilly.....16	Márcia de Castro Duarte.....23
Vanilda Inácia de Almeida.....02	Fernando Eustáquio Caldeira.....11	Wânia Renault de Oliveira.....17	Severino Antônio Silva.....23
Helenice Eulina Santana.....03	Idalina da Conceição Soares Carrusca.....11	Yolanda Maria Ribas.....17	Maurício Godinho Diniz.....26
Silas Rickli Costa.....03	Joacy Madeira Cruz.....11	Elísio Ernesto Gomes Dantas.....18	João Sérgio Nazareth.....27
Cleonice Grisólia de Oliveira.....04	Lucia de Cássia Cyrillo Lima.....11	Rose Mary Melo Andreato.....18	Tânia Soely Grijota.....27
Creuza Lima de Oliveira.....04	Heloísa Conceição dos Santos Pessoa.....12	Selma Maria Londes.....18	Afrânio Cardoso.....28
Maria Inês Pereira Barbosa de Gouveia.....05	Maiby Gomes Freire Rezende.....12	Maria Izabel de Oliveira Teixeira.....19	Annette Cardoso Rocha.....28
Irene Muniz da Silva.....06	Maria da Consolação dos Santos.....12	Mário Domiciano Lima Rodrigues Vieira.....19	José Antônio Dias Moreira.....28
José Romualdo Quintão.....06	Maria de Lourdes Castro Paes.....12	Myrtilde Pinheiro Caldas.....19	Maria Balbina de Oliveira e Souza.....28
Luiz Ulisses Elmaes Bittencourt.....06	Maria Jose de Lima Rezende.....12	Helenice Figueiredo Aguiar.....20	Maria Marly Dilon Ferreira.....28
Maria das Graças Coelho Pinto.....06	Willian Soares.....12	Lúcia Nigro Alves Freire.....20	Paulo Geraldo Martins.....29
Neuza Martins Assumpção.....06	Ana Maria Braga.....13	Marcelino Gomes Ferreira Neto.....20	José Orsi.....30
Wilma Fontes Bessa.....06	Clarice Martini Duarte Moura.....13	Wilds Moreira Avelino.....20	Maria Aurea do Nascimento.....30
Antônio Perboyre Monteiro de Moura.....07	Maria de Fátima Couri Gamonal.....14	Jacyra Clemente de Freitas.....21	
Maria das Graças S. Campos de Pinho.....07	Marineuza Sartori Carmanini.....14	Luzimar Demetrio Pereira da Luz.....21	
Cyneria Leite Campos.....08	Albertina Maria Fonseca.....15	Paulo Graciano de Moraes.....21	

DEZEMBRO

Dulce Soares Braccini.....01	Ofélia Castanheira Guimarães.....10	Décio Bruno Lopes.....16	Dalva Lúcia de Almeida Lanna.....24
Edvaldo Marques de Oliveira.....01	Maria Inês Soares Santana.....11	Ecy Zakkour E. Aguiar.....16	Jane Alphonsus R. Neves da Silva.....24
Nelson Perez Teixeira.....01	Maria Lisboa Macedo.....11	Elça do Couto Araújo.....16	Maria Cristina Machado Nogueira Maia.....25
Maria Guilhermina R. Cerqueira.....02	Maria Luzia Atadeu Coutinho.....11	Raimunda da Costa Chaves.....16	Solange Guimarães Garófalo Araújo.....25
Cardiolina Souza Amarante.....03	Maria Madalena da Silva Soares.....11	Ruth de Carvalho Dornas.....16	Thelma Magdalena Vieira Rudolph.....25
Maria da Glória Marques Ferreira.....03	Paulo César Fernandes.....11	Ângela de Fátima Mendonça Grizendi.....17	Mirlene Maria Magalhães da Silva.....26
Vânia Maria Siqueira Nascimento.....03	Carlos Roberto Gomes de Queiroz.....12	Amélio Contrucci.....18	Sérgio Augusto Castelar Campos.....26
Aurora Jacinto dos A. da Fonseca.....04	Maria José Jardim Freire.....12	Robson José do Couto.....18	Eulis Roberto Silva.....27
Lúcia Helena Nahas.....05	Cláudio José Ribeiro.....14	Cláudia Stark Aroeira.....19	Célia Miranda Martins Pereira.....28
Maria Anésia Vaz de Mello.....05	Décio Pinto Coelho Filho.....14	Terezinha de Jesus Franco Gonzaga.....19	José Américo Paolinelli Correa.....28
Luiz Carlos Arruda de Oliveira.....06	Mônica da Conceição Abreu Moreira.....14	Vera Lúcia Maria de Azevedo.....19	Rosely Cunha de Almeida.....28
Solange Gamonal.....06	Suzana Caldeira Couto Reis.....14	Geralda Lúcia de Melo Silva.....20	Judith Soares de Lima.....29
Anna Rodrigues de Jesus Carvalho.....07	Vera Maria do Valle Pires.....14	Ana Marly Moreira Rocha.....21	Maria das Graças Melo.....29
Maria da Conceição Mendes Raid.....07	Eny Gomes Lima.....15	Pedro Celso da Silva.....21	Léa Monteiro Gontijo.....30
Maria Villela Ronzani.....08	Luiza Helena Alkmin Porto.....15	Tomaz Aguiar.....21	Márcio Antônio Pinto.....30
Maura da Conceição Silva.....08	Márcia Miryan Oliveira Carmo.....15	Vanda Machado de Almeida.....21	Nilo Waitd.....31
Ângela Maria Grossi de Mattos.....10	Maria Aparecida Ramos de Matos.....15	Antônio Ulisses Costa Vasconcellos.....23	
Maria Jose Reis Araújo.....10	Maria da Conceição F. Novaes.....15	Carlos Alberto Ferrara Marcolino.....24	

JANEIRO

Ilma Cristina Pereira Farias Torres.....01	José Lamacié Ferreira.....08	Gerson Paulo de Abreu.....18	Waldir da Silva Carvalho.....26
Maria Cleadvalva Pereira Teles Neto.....01	Maria Das Graças da Silva Veloso.....08	Sônia Marta Campos Soares.....18	José Carlos de Oliveira.....27
Merilúcia Maria Queiroz Freire.....01	Eliana de Oliveira Ramos Santos.....09	Edna Paiva.....19	Lucia Helena Araújo.....27
Edival Antônio Trindade.....02	Maria Rosa Dias Assumpção.....10	Maria Elza Rodrigues da Costa.....19	Maria Tereza Decnop de Almeida.....27
Celeste Filomena Cruz.....03	Lázaro Idino Bagliano.....11	Iris De Fatima R. dos Santos Lima.....20	Vilma Maria da Silva.....29
Maria A. Cândida Barbosa Saporí.....03	Oswaldo Pereira Magalhães.....11	Mara Lúcia da Silva.....22	César Romero.....30
Maria Glória Couso Oliveira.....03	Célia Maria de Castro Dalpra.....13	Maria José Comanduci.....22	Nedes Amâncio Monteiro.....30
Rita Celeste de Matos Rezende.....03	Aymara Maria Braga.....16	Dalé de Andrade Mendonça.....24	Maria Inês Simões de Moura e Silva.....31
Fernando Tito Diniz Peixoto.....04	Cornélio Sobreira de Carvalho.....17	Geralda Mariza da Silva.....25	
Maria de Lourdes Teixeira Moreira.....04	Geraldo Mendes Linhares.....17	Islar Teixeira.....26	
Suely Ferber Teixeira Viegas.....04	Antônio Gilson Arantes.....18	Sebastião Lenes Freire Murta.....26	

NOVOS ASSOCIADOS

Delly Lutembarck de O. Lima | Pensionista-BH

Jacqueline Moreira | Aposentada-BH

Maria Aparecida Putini Menezes | Pensionista-Goiânia/GO

Mirian Diniz Sousa Fonseca | Pensionista-BH

Nice Coelho de Andrade | Pensionista-BH

A ANFIP-MG agradece aos novos associados e se compromete a aprimorar cada vez mais as ações que atendam, de forma efetiva, aos interesses e expectativas de todos em favor do fortalecimento e da união de toda a categoria.

FALECIMENTOS

Afonso Celso Teixeira | Aposentado-Montes Claros (03/08/2019)

José Sérgio de Andrade | Aposentado-BH (20/08/2019)

René Canguçu Marques | Aposentado-BH (05/10/2019)

Zilda Castor de Mello | Pensionista-JF (não informado)

A ANFIP-MG solidariza-se com os familiares e, aos colegas que se foram, que Deus ilumine seus caminhos.

REFORMA ADMINISTRATIVA

É MOMENTO DE RESISTIR

Já está praticamente definido o próximo passo das reformas que o governo está promovendo. E ela não é nada favorável à sociedade e aos servidores públicos, como as outras que já foram levadas a cabo.

Trata-se da reforma administrativa, que prevê um verdadeiro esvaziamento do papel do Estado na consecução de políticas públicas efetivas.

Algumas das mudanças que estão sendo arquitetadas são: **[1]** A criação de um novo código de conduta para o funcionalismo, com revisão do sistema de licenças e gratificações e regulamentação da avaliação de desempenho; **[2]** A terceirização de vários setores dos serviços públicos, inclusive na atividade-fim, como já é previsto na Lei nº 13.429/17; **[3]** A redução do número de carreiras e do quadro de pessoal e o alinhamento dos salários com o setor privado; **[4]** A redução da jornada de trabalho com redução de salários; **[5]** A redução do salário de ingresso dos futuros servidores; **[6]** Fim da estabilidade; **[7]** Fim da progressão automática por tempo de serviço; **[8]** Fim do Abono de Permanência ou reduzi-lo bastante; **[9]** A adoção de planos de demissão incentivada ou mesmo colocar servidores em disponibilidade; **[10]** A ampliação da contratação temporária; **[11]** Fim ou redução dos sindicatos e associações.

Pensando numa trincheira de resistência contra esses ataques ao serviço público, entidades de todo o país já começam a se articular.

E a ANFIP-MG não ficaria de fora dessa luta. A Associação é uma das coordenadoras da Frente Mineira em Defesa do Serviço Público, que também voltou a se mobilizar.

No dia 15 de outubro, aconteceu a primeira reunião do coletivo de entidades, quando foram definidas algumas ações, dentre elas a publicação de um manifesto (acesse em <http://bit.ly/2JA4XNA>).

Na ocasião, a vice-presidente de Política de Classe da ANFIP-MG e coordenadora da Frente, Ilva Franca, traçou um histórico da criação da Frente (em 2012), falou sobre o objetivo da reunião e alertou para o prejuízo que a população terá com o esvaziamento da importância dos servidores públicos. “O povo pensa que acabando com os servidores públicos a prestação de serviço vai continuar do mesmo jeito. Não vai e é por isso que estamos aqui reunidos, para pensar em como podemos minimizar os prejuízos”, disse.

Os representantes também aproveitaram para fazer um balanço geral das ações da Frente Mineira nos anos anteriores, especial-



Entidades se unem contra a reforma administrativa durante o lançamento da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público.

mente no período durante a reforma da Previdência, reforma Trabalhista, Terceirização, PEC 555, PL 4330, PL 4434, MP 664, MP 665, PLP 459/17, PEC 186, EC 95/16, dentre outras.

Outros encaminhamentos definidos na reunião, além do lançamento do manifesto, foram: 1) Promover campanha informativa interna (com as bases) e externa (mobilizações); 2) Promover um dia de interação dos servidores com o público e, posteriormente, um dia sem serviço público, para mostrar a importância deles para a sociedade e como a falta da prestação prejudica a todos; 3) Organizar atos públicos; 4) Fomentar a participação de aposentados na luta, já que também serão afetados pelas mudanças, embora muitos acreditem que não.

O RELANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que existe desde 2007, também voltou a se mobilizar. Ela foi relançada no dia 23/10/2019, na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF.

A ANFIP, a ANFIP-MG e a Frente Mineira estiveram presentes no evento, através de seus representantes. Ilva Franca representou a ANFIP-MG e a Frente Mineira. Já a ANFIP foi representada pelo presidente do Conselho Executivo, Décio Bruno Lopes — que compôs a mesa de abertura —, e por outros conselheiros.

Também participaram diversos parlamentares e entidades representantes de categorias de servidores públicos.

Na ocasião, foi lido o manifesto publicado pela Frente (confira em <http://bit.ly/334zD14>). Um trecho do documento diz que é “clara a necessidade de atualização e modernização dos serviços públicos, mas com

foco no desenvolvimento da nação e no atendimento às necessidades da sociedade brasileira, com um corpo funcional bem preparado e organizado. Para isso, propomos um amplo debate sobre o serviço público brasileiro, suas necessidades e perspectivas.”

Atualmente, a Frente Parlamentar Mista está sob coordenação dos deputados Alice Portugal (PCdoB/BA) e Danilo Cabral (PSB/PE) e dos senadores Paulo Paim (PT/RS) e Zenaide Maia (Pros/RN). Desde o início, ela tem

como propósito barrar projetos em tramitação no Congresso Nacional que visam promover um verdadeiro desmonte no serviço público brasileiro nas esferas federal, estadual e municipal, a exemplo da reforma Administrativa, que começa a ser articulada pelo governo.

A FRENTE MINEIRA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO



Durante o lançamento da Frente Parlamentar Mista, a Frente Mineira em Defesa do Serviço Público aproveitou para repercutir suas ações em Minas Gerais e distribuir seu manifesto contra a reforma Administrativa.

Ilva Franca avaliou como bastante positivo o relançamento da Frente Parlamentar Mista e alertou para a necessidade de se formarem frentes nos outros estados, a exemplo da Frente Mineira, que existe desde 2012.

Ela também apontou as principais mudanças que estão sendo cogitadas com a reforma administrativa (listadas acima) e, por fim, conclamou os servidores públicos a se unirem. “Colegas servidores, não fiquemos parados. Precisamos nos juntar às nossas entidades, senão não vamos ter mais nada pelo que lutar. Nós temos que conscientizar todos os servidores e a população de que sem servidor não há serviço público. E vamos manter a unidade para conseguirmos barrar essa atrocidade que o governo pretende”, conclamou.

REFORMA TRIBUTÁRIA

A PRIORIDADE DEVE SER REDUZIR DESIGUALDADES SOCIAIS

Com a reforma da Previdência consolidada, outras mudanças entram no foco do governo e do Congresso Nacional, sendo a reforma administrativa a principal (e mais nefasta, diga-se de passagem).

No entanto, a reforma tributária também já vem sendo discutida e inclusive já tem propostas tramitando: as PEC's 110/2019 (de autoria dos líderes partidários do Senado, baseada na PEC 293/2004),

45/2019 (de autoria do economista Bernard Appy e apresentada pelo deputado federal Baleia Rossi – MDB/SP) e o PL 3.129/2019 (do deputado federal Luiz Miranda - DEM/DF).

Dessas, a única matéria que aborda, de fato, e em certa medida, o combate às desigualdades sociais proposto pela Reforma Tributária Solidária (projeto da ANFIP em parceria com a Fenafisco), é o PL 3.129/2019.

“As PECs que estão tramitando no Congresso, do Luiz Carlos Hauly (PEC 293/2004) e do deputado Baleia Rossi (PEC 45/2019), têm uma coisa muito boa, que é a simplificação. Mas não atacam o cerne do problema, que é a carga tributária. Não reduzem a carga tributária sobre o consumo”, disse o vice-presidente de Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, durante evento promovido pela Fecomércio/MG, no dia 12/07/2019, em BH (veja em <http://bit.ly/34nsBou>).

“O deputado Luis Miranda apresentou um PL que é baseado em nossos estudos. Ele propõe uma reestruturação na tabela do Imposto



Imagem de Arnala pascual por Pixabay

de Renda, para torná-la mais progressiva. E o deputado ainda colocou algo que não está no nosso projeto, mas que acho louvável. Ele aumentou a progressividade da pessoa física e reduziu a tributação das empresas. Com essas propostas, haverá um acréscimo de cerca de R\$ 63 bilhões por mês na arrecadação”, pontuou Machado.

Em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, em 29/10/2019, o vice-presidente da ANFIP também ressaltou a necessidade de tornar o sistema tributário mais progressivo, em que se respeite a capacidade contributiva do cidadão. “O sistema tributário brasileiro é extremamente regressivo e, por essa razão, aprofunda a concentração de renda existente no país e, ao aprofundar essa concentração, aprofunda as desigualdades de renda e sociais”, apontou.

A boa notícia é que, no dia 8 de outubro, partidos de oposição (PCdoB, PT, PSB, PDT, PSOL e Rede) apresentaram uma emenda substitutiva global à PEC 45/2019 (179/2019)

a qual contempla o projeto Reforma Tributária Solidária. A proposta, intitulada Reforma Tributária, justa, solidária e sustentável, aborda a taxaço de grandes fortunas, lucros e dividendos, a cobrança de impostos sobre grandes heranças, a taxaço de embarcações e aeronaves, e ainda cria novas faixas no Imposto de Renda para quem ganha mais, dentre outros pontos.

Em breve, o governo também apresentará sua proposta de reforma tributária, que, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, deve aglutinar as alterações sugeridas nas outras PEC's em andamento. A conferir.

A ANFIP-MG espera que a reforma tributária eleve ao primeiro plano o combate às desigualdades sociais e de renda, o que, inclusive, tem sido alertado por vários economistas, como o ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para quem a reforma tributária deve ser um instrumento para reduzir a concentração de renda no país, através da majoração de alíquotas do IR para os mais ricos e redução da tributação sobre o consumo.

É urgente pensar nesse aspecto, tendo em vista que a desigualdade de renda no Brasil aumentou, no segundo trimestre de 2019, pelo 17º trimestre consecutivo, conforme aponta estudo da FVG Social, baseado na PNAD Contínua do IBGE.

Portanto, fiquemos vigilantes ao debate e não deixemos de lutar!

ANFIP PROPÕE MEDIDAS PARA VIABILIZAR O PAGAMENTO DA GDAT



No dia 05/11/2019, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, reuniram-se com o advogado Aldir

Passarinho, patrono da ação referente à Gratificação de Desempenho e Atividade Tributária – GDAT.

Com o intuito de concluir o recebimento dos valores que estão bloqueados, a ANFIP, ao lado de Aldir Passarinho, definiu um plano de ação. A primeira delas é a tentativa de conciliação direta junto à Advocacia Geral da União. “Nesse encontro aventou-se a possibilidade de um acordo, com a AGU. Posteriormente, após o contato com a AGU, devemos avaliar se as propostas são viáveis aos associados”, explicou o presidente Décio Lopes.

Além da iniciativa junto à AGU, a ANFIP também vai agendar uma audiência com o vice-presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, o desembargador Kássio Marques, com vistas a acelerar a admissibili-

dade dos recursos no processo que pleiteia os valores controversos relativos ao pagamento da GDAT. Na reunião, a ANFIP vai reforçar que os valores dos precatórios já foram depositados nas agências bancárias e aguardam apenas o desbloqueio judicial. Portanto, o orçamento da União não será impactado da forma como o órgão vem questionando.

Na avaliação da vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, uma nova possibilidade de negociação foi aberta. “Nossos associados estão respaldados pela ANFIP e pelo escritório de advocacia que nos atende. Estamos na última fase desta ação, aguardando o pagamento dos valores controversos, que esperamos se realize no menor prazo possível”, disse.

(As informações são da ANFIP)

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO: AGF GONÇALO COELHO

RUA GONÇALO COELHO, 56, CIDADE NOVA. BELO HORIZONTE/MG. CEP: 31.170-970